

A reorganização do arquivo público e a produção historiográfica sergipana

Terezinha Alves de Oliva*

Resumo

A reorganização do Arquivo Público Estadual de Sergipe em 1970 é vista como um processo de importância central na renovação dos estudos históricos que caracterizou a hegemonia da universidade na produção historiográfica em Sergipe. Articulada, neste artigo, com iniciativas que promoveram o fortalecimento do ofício do historiador no cenário brasileiro, a reorganização do Arquivo é tomada como marca que singulariza a experiência local e, juntamente com a instalação do Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, responde pelos desenvolvimentos posteriores de uma prática que incorporou novas atitudes, abriu-se a novas metodologias e renovou o pensamento historiográfico.

Palavras-chave: Arquivo Público Estadual de Sergipe; Historiografia Sergipana; Beatriz Góis Dantas.

Abstract

The reorganization of the State Public Archives of Sergipe in 1970 is seen as a process of central importance in the renewal of historical studies that characterized the hegemony of the university in the historiographical production in Sergipe. Articulated, in this article, with initiatives that promoted the strengthening of the craft of the historian in the Brazilian scenario, the reorganization of the Archive is taken as a mark that singularizes the local experience and, together with the installation of the Project of Search from the Primary Sources of the History of Sergipe, it responds to the later developments of a practice that incorporated new attitudes, opened to new methodologies and renewed the historiographical thought.

Key words: State Public Archives of Sergipe; Sergipe historiography; Beatriz Góis Dantas.



* Doutora em Geociências pela UNESP/Rio Claro.
Professora Emérita da UFS.
E-mail: toлива06@gmail.com

A relação entre arquivos e pesquisa histórica tornou-se, num processo iniciado a partir da época Moderna, uma relação *sine qua non*. Quando os historiadores procuraram estabelecer as bases do seu ofício, o documento escrito, sabemos, teve a primazia entre os variados testemunhos da atividade humana e se tornou “fonte” do conhecimento histórico. No século XIX, cuidadosas regras de exame dos documentos escritos foram criadas e a Escola Metódica estabeleceu que “sem documento, não há história”.

Os arquivos foram sendo organizados ao tempo em que se firmavam, no mundo Ocidental, os Estados Modernos. No transcurso da expansão ultramarina, na Península Ibérica, consolidou-se a consciência da importância dos arquivos públicos e a ideia da centralização dos papéis; por outro lado, foi durante o processo revolucionário, na França, que se institucionalizaram os arquivos públicos. A tradição arquivística iniciada na França prevaleceu até o pós-guerra e privilegiou a acumulação e a preservação de documentos de valor histórico. Somente a partir dos anos 1950, nos Estados Unidos, criou-se o modelo que visou racionalizar e controlar a informação de grandes massas documentais, estabelecendo o controle “desde a sua produção e armazenamento até a sua destinação final.”¹ Mas mesmo quando sobressaiu o interesse administrativo, o cuidado com os arquivos terminou refletindo sobre a produção de obras de História.

Este artigo procura relacionar a reorganização do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) em 1970, com a produção historiográfica que lhe é posterior. Entende que essa reorganização foi marco importante nos desdobramentos havidos no campo da História em Sergipe desde então, incluindo o movimento de organização de novos arquivos e centros de memória, ao tempo em que caminhou paralela à condução investigativa dada ao Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fica consignada, assim, a radical importância, para a pesquisa histórica em Sergipe, do processo que refundou o Arquivo Público a partir dos depósitos de documentos espalhados por diferentes locais, desde que o órgão fora desalojado das dependências da Assembleia Legislativa, em 1964.

O Arquivo Público em Sergipe originou-se em 1848, quando foi criada, pelo Governo, uma secção de Arquivo na Biblioteca da Província, ainda na antiga capital, São Cristóvão. Estabelecida a capital em Aracaju desde 1855, o arquivo foi transferido junto com a Biblioteca e recebeu organização, relatada ao Presidente do Estado em 1908, pelo cuidado do onipresente Epifânio Dória, nome que também está ligado a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Biblioteca Pública do Estado. Somente depois das comemorações do centenário da Emancipação Política de Sergipe - e provavelmente sob influxo do clima patriótico então



1 Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira. Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI In Castilho, Ataliba Teixeira. (Org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

vivido - o Governo Graccho Cardoso criou, em 15/10/ 1923, o Arquivo Público estadual, que teve o seu Regimento sancionado em 1926. Entretanto, o órgão voltaria à situação de Secção da Biblioteca e, após as mudanças havidas no pós-1930, o Arquivo foi recriado, no governo do Interventor Maynard Gomes, pelo Decreto-Lei n. 238, de 1945.

Tantos atos de criação não garantiram solidez ao Arquivo, cuja vida precária foi prejudicial às suas funções. Os documentos ocuparam sucessivamente, salas do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa e da antiga Escola Normal, sem encontrarem seu próprio lugar. Entre 1964 e 1970, sob responsabilidade da Secretaria da Justiça, o Arquivo teve que ser retirado do prédio da Assembleia Legislativa que passaria por uma reforma e os documentos foram amontoados em salas e porões de prédios públicos, principalmente da antiga Escola Normal, comprometendo a existência do órgão, situação que perdurou até a criação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, a cuja alçada foi transferido, em 25/11/1970.

No mesmo período, é mister lembrar o Compromisso de Brasília, resultado do encontro de governadores, secretários da área cultural, prefeitos e representantes de instituições culturais que, em abril de 1970,² reconheceram a necessidade da proteção ao patrimônio histórico e cultural pelos Estados e Municípios. O “pacto” não excluiu o auxílio do Governo Federal, e recomendou expressamente a defesa do acervo arquivístico, estabelecendo para isto a colaboração do Arquivo Nacional e das universidades, cabendo a estas promover o incentivo à pesquisa histórica e à avaliação do inventário dos bens culturais. Sergipe teve a sua primeira Universidade instalada em 1968 e o Curso de História, existente desde 1951 e a ela incorporado, foi inteiramente atingido pelas novas ideias no sentido do trabalho com o patrimônio arquivístico.

Criado o DCPH e instalado sob a direção de Beatriz Góis Dantas, Graduada em História e Professora de Etnologia e de Antropologia na Universidade Federal, pode-se dizer que por suas mãos, o Compromisso de Brasília teria efeitos em Sergipe. Ela estabeleceu como meta prioritária do novo órgão o salvamento do Arquivo Público, que encontrou “reduzido a um depósito de papéis velhos, com grande parte dos documentos literalmente amontoados no chão sem mínimas condições de pesquisa”.³ Foi

2 Foram duas as reuniões com os governadores, em 1970 e em 1971, promovidas pelo Governo Federal para que os Estados passassem a assumir um papel na preservação cultural. Disso resultaram os Compromissos de Brasília e de Salvador. Cf. MOTTA, Lia. *Patrimônio Urbano e Memória Social*. Uma avaliação sobre o descompasso entre discursos e ações de preservação. In Oficina de estudos da preservação, Coletânea. Org. Maria Rosa Correia. Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008.

3 DANTAS, B. G. Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju: n.47, 2017, v. II, Dossiê Escritas de si, p. 346.



determinante para esta decisão, a situação de “perplexidade” que se apoderou da jovem pesquisadora de então, diante da primeira visão do que seria o Arquivo: “A cena com que me deparei quando o funcionário abriu a porta da sala onde estava o acervo era dantesca. Uma imensa montanha de papel (livros, jornais, manuscritos) que ia do chão até perto do teto e se esparramava até a porta de entrada.”⁴

Beatriz Dantas lançou-se num projeto ousado, que oferecia reduzidas condições de execução e desafiava um espírito verdadeiramente missionário na defesa do que hoje se chama “bens culturais”. Inicialmente aproveitou o período de férias escolares para a implantação do trabalho que envolveria cerca de uma dezena de estudantes do Curso de História, sob sua liderança direta, na tarefa braçal de salvar o Arquivo. Posso falar dessa experiência como testemunha, já que fui uma entre os estudantes que participaram desse trabalho. Conscientizado na repulsa ao descaso com os documentos, o grupo de estagiários entrava nos depósitos, transportando os documentos em meio à cerrada poeira e ao mofo, higienizando-os, salvando-os praticamente do lixo e ordenando os pacotes para a classificação baseada no sistema francês do “*Respect des fonds*” (Respeito aos Fundos), introduzido pelo técnico do Arquivo Nacional, José Lima de Carvalho, que veio a Sergipe especialmente com este fim, naquele ano de 1970.

O DCPH comportava no seu organograma o Arquivo Público, o Museu Histórico de Sergipe e a Biblioteca Pública. Era um embrião da futura Secretaria de Estado da Cultura, sendo também o gestor do patrimônio histórico tombado pelo Governo estadual. A Professora Beatriz foi compondo uma equipe altamente comprometida e articulada internamente. Após o Governo-tampão do cirurgião dentista João Andrade Garcez, de oito meses, ela se afastou, mas o trabalho continuou como fundamental para o DCPH nas gestões que se seguiram. O Arquivo Público passou a funcionar no prédio do antigo Atheneu Sergipense, o *Atheneuzinho*, junto ao próprio DCPH, à Empresa Sergipana de Turismo e ao Conselho Regional de Desportos. Futuramente, a reivindicação pela sede própria ganharia corpo, até que, em 1975, o órgão pôde ocupar definitivamente o prédio da antiga Biblioteca Pública, um belo exemplar *art déco*, situado na emblemática Praça Fausto Cardoso. Nessa Praça dos Três Poderes, ganhou existência e visibilidade, nas proximidades do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça.

Entretanto esta primeira fase, que poderíamos denominar “fase heroica”, significou refundar o Arquivo em praticamente todos os seus aspectos. Localização, aquisição de mobiliário, recuperação de rotinas com o pessoal ali lotado, lotação de novo pessoal, organização do acervo e do



fichário, tudo precisou ser estabelecido. Da antiga organização, sobram as Coleções Clero e Câmara, conservadas pela relevância do tema, pela representatividade de frequência de consultas e citação e por não constituírem fundos ou parte dos mesmos.⁵ Após a gestão do primeiro Diretor na nova fase, José Alves, que deu continuidade às atividades de reestruturação do APES, elas prosseguiram sob a Direção de Terezinha Alves de Oliva, ex-estagiária e recém-graduada em História. Neste período, Sergipe participou do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, no Rio de Janeiro e sua representante teve a honra de presidir uma das sessões no Palácio Tiradentes; foi criado um Boletim do Arquivo Público, o trabalho de reorganização foi divulgado no segundo número da Revista “Arquivo & Administração”, da Associação dos Arquivistas Brasileiros⁶ e foi iniciado o intercâmbio com outros arquivos públicos brasileiros.

As administrações seguintes continuaram o trabalho e em 1974 a equipe do APES concluiu o Projeto de Levantamento de Arquivos Cartorários, preocupada em conhecer a situação dos documentos sob guarda dos cartórios, tidos como os mais antigos do Estado. Norteou o Levantamento um interesse pedagógico: “o conhecimento panorâmico das condições físicas dos arquivos e do estado em que se encontra a documentação, conhecimento este que já possibilitou ao Órgão todo um trabalho de conscientização junto aos tabeliães do dever de preservar os documentos históricos, da atenção que merecem os estudiosos que os procuram, dos cuidados mínimos relativos aos documentos”⁷. Sem sede própria e sem poder pensar em recolhimento dos documentos, o Arquivo Público planejava dar “melhor atendimento (...) aos pesquisadores, com informações sobre as fontes espalhadas pelo interior do Estado.”⁸ Todos os 63 municípios que possuíam arquivos cartorários foram percorridos; a equipe do APES localizou documentos do século XVIII (1783) e constatou que, dos 137 cartórios existentes, somente 48 já haviam sido procurados por pesquisadores.⁹

Aos poucos, o APES se fazia presente na vida social e cultural de Sergipe, desenvolvia atividades técnico-culturais e marcava a vida de quem dele se aproximava. A Universidade Federal de Sergipe convergiu para

5 MONTEIRO, Enilda Santos. Arquivo Público Estadual de Sergipe – uma apresentação In DANTAS, B. G. (Org.) *Repertório de documentos para a História Indígena* – Arquivo Público Estadual de Sergipe. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1993.

6 OLIVA, Terezinha Alves de. Sergipe em tempo de Arquivo. *Revista Arquivo & Administração*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, n. 1, ano I, Rio de Janeiro: abril 1973.

7 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE. Levantamento dos Arquivos Cartorários. Coord. Terezinha Oliva e Maristher Vasconcellos Moura. Aracaju: APES, 1974, p.1. (Mimeografado)

8 Idem.

9 Idem.



o mesmo objetivo. Sua presença no Arquivo se fez sentir e teve efeitos que atingiram o próprio Curso de História. Pensando uma cronologia para a historiografia sergipana, o Professor José Silvério Leite Fontes denomina o início dos anos 1970 como momento de “recuperação” dos estudos históricos em Sergipe. A criação da UFS e a departamentalização dos cursos, ao seu ver, aproximou os professores e estabeleceu novos círculos de cooperação e de estudo.¹⁰ Surgiu interesse pela pesquisa e pelos documentos históricos, no ambiente que ele denomina como de “choque estímulo”. Entre 1973 e 1975 a UFS sediaria dois Encontros de História: o V Simpósio de História do Nordeste Brasileiro e o VIII Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH. O velho Curso de História, saído da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe para a UFS, era sacudido pela urgência da pesquisa e se acercava do circuito de produção historiográfica nacional.

É certo que a retomada do Arquivo Público trazia para os historiadores uma massa documental a ser explorada. Era a ocasião para colocar em prática a ideia de realizar um Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, surgida em 1969, quando o Professor Silvério Fontes participou do Simpósio da ANPUH em Campinas, São Paulo. O Projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS, através da Resolução 10/72 de 18/2/1972, no mesmo ano promulgada pelo Reitor João Cardoso do Nascimento Júnior e seguiu o modelo adotado para projeto semelhante pela Universidade Federal do Paraná. Destinava-se a levantar a tradição escrita, depositada em arquivos situados no território sergipano, relativa à História de Sergipe e tinha entre os objetivos a divulgação das fontes históricas sergipanas, o desenvolvimento da consciência histórica e o treinamento de estudantes pela frequência aos arquivos e pela pesquisa, para integrar a formação pedagógica e o trabalho de elaboração científica.¹¹

O Departamento de História assumia o compromisso de entrar decididamente no mundo dos arquivos. O Projeto incluía a organização de um fichário a ser disponibilizado aos pesquisadores, a microfilmagem dos documentos levantados, a publicação dos trabalhos dele resultantes e a publicação de coleções de documentos.¹² Todos os professores do Curso de História eram participantes do Projeto e os alunos eram submetidos a uma verdadeira imersão nos arquivos, pois havia disciplinas obrigatórias, que exigiam quatro horas semanais de contato com os documentos, na maioria dos semestres do Curso. Tornou-se uma característica especial

10 FONTES, José Silvério Leite. Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe In *Formação do Povo Sergipano (Ensaio de História)*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004, p. 79-89.

11 Idem.

12 Ibidem.

da Licenciatura em História da UFS, essa formação que levava o estudante a praticar, através do fichamento de documentos, um questionário inspirado nas fases da Crítica Histórica. O Arquivo Público ganhou vida com a presença dos estudantes e o conhecimento da documentação sergipana criou vocações de pesquisadores.

A visão do Arquivo como casa de pesquisa excedia, pela primeira vez, a do simples depósito de papéis. Claro que a organização do APES não se constituiu um fenômeno isolado. O País vivia as contradições de um Governo Autoritário que procurava legitimação na sociedade brandindo o discurso patriótico. Neste clima, a preservação do “patrimônio histórico”, incluindo o patrimônio documental e o interesse pela História, eram estimulados. No mesmo período foi implantada a Pós-Graduação em História - e o Nordeste teve, na Universidade Federal de Pernambuco, o primeiro Mestrado em História¹³ - iniciando-se um processo de valorização da pesquisa acadêmica na área e, como consequência, o avanço da profissionalização do historiador. As universidades do Paraná, da Paraíba, de Mato Grosso e de São Paulo, iniciaram levantamento de fontes para a história dos respectivos Estados.

Em Sergipe, a reorganização do Arquivo Público e o Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe funcionaram como motores de uma nova etapa. Itamar Freitas acredita que o Projeto de Levantamento das Fontes instituiu a fase heurística em Sergipe e através dele foi moldada a noção de fonte histórica, estendida aos documentos dos arquivos em que atuaram professores e estudantes. Teria significado uma atualização dos historiadores sergipanos na História Metódica, “quase paralelamente” aos contatos com a renovação trazida pela Escola dos Annales.¹⁴ Apesar dos arquivos eclesiásticos, cartorários e do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe onde o Projeto atuou, a reorganização do Arquivo Público é indissociável do Projeto de Levantamento das Fontes Primárias. Até mesmo o Curso para implantação do Projeto, ministrado pela Professora Odah Regina Guimarães Costa, da Universidade Federal do Paraná, usou o APES como laboratório, para o treinamento das primeiras equipes.

Em 1973, o historiador José Calazans fez um balanço do primeiro século da historiografia sergipana. Na “Introdução ao estudo da historiografia sergipana”, conferência de encerramento do V Encontro de História do Nordeste, ele apresentou um elenco de autores, de obras e de temas, propôs uma periodização e anunciou como encerrada a fase de liderança do

13 OLIVA, Terezinha Alves de. Souto Maior em um perfil de lembranças In: Tenório, Douglas Apratto et al. (Org.) Armando Souto Maior: *Um Professor sempre Mestre*. Maceió:EDUFAL: CES-MAC; 2009, p. 53-59.

14 FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2007, p. 71.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, prevendo que a Universidade doravante tomaria a dianteira da “historiografia regional”. O ilustre Professor apontou caminhos a percorrer e mostrou lacunas a preencher, no texto que se consagrou como um guia para os historiadores sergipanos.¹⁵

Itamar Freitas, em *Historiografia Sergipana*¹⁶ e Fernando Sá, em *Capítulos da história da historiografia sergipana*¹⁷ fizeram os dois principais estudos historiográficos pós-Calazans. Através deles, é possível aquilatar a trajetória da historiografia local depois que o Arquivo Público pôde disponibilizar a sua documentação aos pesquisadores.

Freitas, definindo o seu estudo como um “guia de literatura não exaustivo”, trabalha em torno das propostas e do anúncio de Calazans. É uma série de artigos sobre a produção historiográfica do período 1975/2005. Embora o Autor tenha tido cautela e modéstia ao definir o seu estudo, ele constitui o mais amplo repertório da produção historiográfica sergipana sobre o período em apreço, pois além de demonstrar, em muitos casos, a concretização das linhas de desenvolvimento propostas por Calazans, faz um balanço da “historiografia universitária” correspondente ao período de liderança da UFS, particularmente pelo seu Curso de História, abrangendo até mesmo os trabalhos monográficos que se conservaram inéditos. Aí estão os Indicadores dessa nova historiografia nos temas, na construção de fontes, nos métodos, nas atitudes e nos desdobramentos, precedendo quase cinquenta resenhas que oferecem ao leitor uma análise acurada de obras e autores da História de Sergipe e terminam dando corpo tanto à trajetória centenária recuperada por Calazans, quanto à historiografia universitária que se segue.

Freitas considera o Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe e a atuação dos Professores Silvério Fontes, Maria da Glória Santana de Almeida e Maria Thetis Nunes como carro chefe da renovação historiográfica. Mas há que aduzir o efeito pedagógico exercido pela primeira experiência, com o APES reorganizado, sob a liderança da Professora Beatriz Góis Dantas. Os estudantes aproximaram-se dos documentos, puderam entender a sua importância e a possibilidade de se tornarem pesquisadores. Já para professores e pesquisadores, o acervo do APES trouxe o gosto da descoberta, ao tempo em que eles se lançaram à organização de outros arquivos, à publicação de Catálogos e Repertórios, à criação, na própria UFS, na década de 1980, do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – o PDPH - e do Centro de Microfilmagem

15 CALAZANS, José. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 7-37.

16 FREITAS, Itamar. Op cit.

17 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Capítulos de história da historiografia sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.



da UFS, seguido, já na década de 1990, do Arquivo Geral da UFS e do Arquivo do Centro de Cultura e Arte, o CULTART. O PDPH dava corpo à ideia que presidira o Levantamento das Fontes Primárias para a História de Sergipe, de “instalar no Departamento de História um super inventário, contemplando todos os acervos arquivísticos do Estado”.¹⁸ Dessa forma, para Freitas, “o Projeto acabou por transformar, efetivamente, em fontes históricas os acervos originários de instituições públicas e privadas entre cartórios, arquivos e bibliotecas.”¹⁹

Os arquivos estiveram em foco. Em 1978 o Professor Silvério Fontes traçava, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, o quadro das dificuldades apostas ao progresso do conhecimento histórico em Sergipe: a dispersão dos documentos, a desorganização dos arquivos e a permanência do trabalho individual foram listadas entre os obstáculos. O Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, exigindo trabalho coletivo, caminhava no sentido da formação de outra atitude dos pesquisadores, corroborada pela publicação de catálogos e repertórios de fontes. A reorganização do Arquivo Público estimulava à organização de outros arquivos, ao tempo em que levava o Professor Fontes a pensar, desde então, na formação de arquivologistas e na criação de um Sistema Estadual de Arquivos, centralizado no APES. A ideia ganhou corpo e o Sistema Estadual de Arquivos foi instituído pela Lei Estadual n. 2202, de 20/12/1978.

Era um momento promissor. Em 1979, na administração Maria do Carmo Silva, o APES criou a série “Publicações de Documentos”, pelo nonagésimo aniversário da Proclamação da República. A Secção de Pesquisa do Arquivo chamava a atenção para a vasta documentação a respeito do período, publicando 178 documentos, a maioria da Coleção Balthazar Góes, um republicano histórico sergipano cujo arquivo fora incorporado ao APES. Assim surgiu “O movimento republicano em Sergipe – Documentos para a sua História”, publicado no ano seguinte.²⁰ Já em 1993 saiu o “Repertório de documentos para a História Indígena”²¹, coordenado por Beatriz Góis Dantas e editado pela FAPESP e Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, da USP. São 329 documentos, desde 1822 a 1888, das Coleções Clero e Câmaras Municipais, que recuperam a presença do índio em Sergipe, um lugar onde, ainda no século XIX, eles foram dados como

18 FREITAS, Itamar. Op cit, p. 71.

19 Idem.

20 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE. O movimento republicano em Sergipe. Documentos para a sua História. Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura/ Subsecretaria de Cultura, 1980.

21 DANTAS, Beatriz Góis (Org.) Repertório de documentos para a história indígena: Arquivo Público Estadual de Sergipe. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1993. (Instrumentos de Pesquisa).

“desaparecidos”. Seguiu-se, imediatamente em 1994, também publicado pela USP e FAPESP, “Documentos para a História Indígena no Nordeste – Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe”²² que deu continuidade ao “Reperatório”, enfocando agora os documentos do Fundo Governo. Estas publicações instigavam à pesquisa, mostrando as possibilidades que o acervo do APES oferecia.

Ao lado disso, o APES se tornou referência para a atuação do Núcleo Estadual da Associação dos Arquivistas Brasileiros, realizando Encontros regionais em que a participação de integrantes do quadro de pessoal do órgão era notória. Nomes como os das professoras Maria das Graças Moura e Maristher Moura Vasconcellos, são incontornáveis nesta história, tendo ambas passado pela Direção do APES. Mas todos os outros diretores, em sua maioria egressos do Curso de História da UFS, deixaram registrada sua passagem pelo órgão na ampliação dos trabalhos e na luta incessante pela sobrevivência e divulgação do Arquivo Público.

Os estudos de historiografia sergipana, desde o texto pioneiro de José Calazans, permitem aquilatar o antes e o depois da reorganização do Arquivo Público, quanto à quantidade e à qualidade da produção de obras de História. Pelo texto de Itamar Freitas, já citado, ficou consignada a contribuição da UFS, não só através dos livros publicados como pelas monografias de Graduação, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que têm no acervo do APES e no acervo do Arquivo do Judiciário, criado e organizado como resultado da chamada “fase heurística”, sua base de sustentação documental. Este trabalho, indiretamente, termina corroborando a importância do APES e sua relação com a produção historiográfica posterior a 1970.

Fernando Sá, debruçando-se sobre as obras de História publicadas nos últimos cinquenta anos, buscou fazer uma avaliação crítica delas, tendo em vista caracterizar o pensamento historiográfico em Sergipe. Sua proposta é examinar a historiografia local em sua originalidade, levando em conta os determinantes da realidade sergipana. Da narrativa acontecimental produzida por historiadores autodidatas, constatando o hiato havido no período 1945 a 1960, ele chega à fase de criação da Universidade Federal de Sergipe e ao que chama de modelo intelectual do Departamento de História, nas décadas de 1970 e 1980, quando o Departamento atuou “salvaguardando e divulgando fontes primárias, a fim de desenvolver a consciência histórica regional, bem como familiarizar os estudantes com os arquivos e a pesquisa histórica”²³ E atribui a esse “modelo” uma mu-

22 PORTO ALEGRE, Sílvia; MARIZ, Marlene; DANTAS, Beatriz Góis (Org.) Documentos para a História Indígena no Nordeste. São Paulo: NHI/USP; FAPESP, 1994.

23 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Capítulos da história da historiografia sergipana. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: IHGSE, 2013, p. 92.



dança de rumo da historiografia sergipana, no caminho da superação da história dos heróis, para a história dos homens comuns e dos movimentos coletivos, conforme preconizou Silvério Fontes.²⁴ Ainda que o autor não se refira ao processo de reorganização do Arquivo Público, mas ao Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, está implícito – e é o que afirma este artigo – que aquele processo está na raiz das transformações constatadas a partir dos anos 1970 no pensamento historiográfico sergipano.

A análise das obras²⁵ é feita no sentido de demonstrar “o amadurecimento teórico-metodológico dos estudos históricos em Sergipe”²⁶ e a “tendência marcante (...) de diálogo entre a história e as outras ciências sociais e humanas”²⁷. Chamando a atenção para que não se pode fazer *tabula rasa* da contribuição anterior, Fernando Sá indica a convivência da tradição e da inovação no conjunto de obras que apresenta e destaca também a contribuição da historiografia produzida, no mesmo período, fora da Academia.²⁸ No conjunto, ele demonstra como cresceu, nos últimos cinquenta anos, o número e a procedência dos historiadores, e como se avolumou a quantidade de cientistas sociais que dão enfoque historiográfico aos seus trabalhos. Mais do que isso, sua conclusão (como fora a de Itamar Freitas) é taxativa: o “balanço historiográfico indica a passagem do autodidatismo historiográfico para a profissionalização do ofício de historiador em Sergipe, em sintonia com as tendências historiográficas contemporâneas”²⁹.

É verdade que nesse período incorporou-se a noção ampla de documento, a história oral passou a ser cada vez mais utilizada e a consulta a arquivos, inclusive internacionais, se tornou corrente. Mas não se pode

24 FONTES, José Silvério Leite. A Heurística e a história de Sergipe, apud Sá, Antônio Fernando de Araújo. Op cit. p. 92.

25 São analisados os livros publicados na área de História e de Ciências Sociais que fazem estudos de História. Assim, o elenco de obras abrange: Thetis Nunes, Ibarê Dantas, Terezinha Oliva, Luiz Mott, Beatriz Dantas, Ariosvaldo Figueiredo, Maria da Glória Santana de Almeida, Josué Modesto dos Passos Subrinho, Maria Nely Santos, José Silvério Leite Fontes, Itamar Freitas, Francisco José Alves, José Vieira da Cruz e Antônio Bittencourt Filho. Abrange também a copiosa produção de História da Educação, com Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Betizabel Vilar de Jesus Santos, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Jorge Carvalho do Nascimento, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho, Eva Maria Siqueira Alves e Fábio Alves dos Santos. Captando o diálogo entre a história e outras ciências sociais e humanas, são referidos os trabalhos de: Rosemiro Magno e Eliano Sérgio, Maria Neide Sobral, Antônio Samarone de Santana, Frederico Lisboa Romão, Dionísio de Almeida Neto, Pérciles Andrade e Antônio Lindvaldo Souza, aos quais aduz a contribuição dos cientistas sociais estrangeiros Samuel Cohn e Jan French. Finalmente vêm as obras dos chamados jovens historiadores: Pedro Abelardo de Santana, Samuel Albuquerque e Andreza Santos Cruz Maynard.

26 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Op cit, p. 103.

27 Idem, p. 106.

28 Aí figuram obras de Jackson da Silva Lima, Luís Antônio Barreto, Pedrinho dos Santos, Ana Maria Fonseca Medina.

29 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Op cit, p. 113.



deixar de reconhecer que os trabalhos que adensaram nos últimos anos a produção historiográfica sergipana, são tributárias do salto qualitativo obtido após a reorganização do Arquivo Público Estadual de Sergipe. Por isso mesmo, nunca será demais registrar a importância do trabalho pioneiro capitaneado pela Professora Beatriz Góis Dantas naquela reorganização e o papel do Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe desenvolvido pelos Professores do Departamento de História da UFS, liderados pelo Professor José Silvério Leite Fontes.

Conhecer esse movimento e avaliar o seu impacto, pode iluminar a visão dos desafios do presente em relação ao patrimônio documental sergipano. Quase cinquenta anos depois, a documentação do século XX, que o APES não conseguiu recolher e a deterioração crescente dos documentos mais antigos no próprio acervo do órgão, estão a exigir posições corajosas como aquela que mobilizou as consciências nos anos 1970. Relembra-lo, oxalá sirva também a esse propósito.

